

PROVA ESCRITA GERAL

Rio, 03/09/89

— QUESTÕES —

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1.^a Questão: (60 pontos)

Um grupo de empresários fluminenses propõe ao Governador do Estado um projeto para desafogar o sistema de transportes urbanos de passageiros, acrescentando novas linhas de Metrô às existentes. As novas linhas seriam financiadas pela iniciativa privada pela exploração dos serviços, inclusive de espaços em suas estações e terminais.

O Governador dirige consulta à Procuradoria Geral do Estado sobre:

- a) — a viabilidade jurídica do projeto;
- b) — a possibilidade de dar preferência ao grupo proponente ou, pelo menos, ao empresariado fluminense;
- c) — caso haja aquisição de equipamentos no exterior, se será possível vincular as tarifas ao câmbio da moeda utilizada.

Responda à consulta

2.^a Questão: (40 pontos)

Resolução do Tribunal de Contas do Estado determina, sob pena de nulidade, que os contratos decorrentes de dispensa de licitação somente poderão ser lavrados pelos órgãos estaduais depois de decisão favorável daquele Tribunal.

Esta Resolução é legítima?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.^a Questão: (50 pontos)

Transitada em julgado a sentença que, em ação proposta por dois acionistas dissidentes em face da Companhia, anulou deliberação tomada pela Assembleia Geral, indaga-se se a coisa julgada será oponível aos demais acionistas.

Justifique a resposta.

2.^a Questão: (50 pontos)

A uma das varas cíveis do fórum central do Rio foi distribuída uma ação pessoal que, segundo normas do Código de Divisão e Organização Judiciárias, seria da competência de uma das varas regionais de Jacarepaguá.

Indaga-se se o não oferecimento de exceção importará na prorrogação da competência do Juízo a que foi distribuída.
Justifique a resposta.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.^a Questão: (40 pontos)

Que é "inconstitucionalidade por omissão"?

É possível deduzi-la *in concreto*?

2.^a Questão: (60 pontos)

Em face do que dispõe a Constituição Federal, pode a Constituição estadual:

- a) prever que o Governador adote medidas provisórias com força de lei sobre determinados assuntos?
 - b) definir as matérias em relação às quais os Municípios podem suplementar a legislação estadual?
 - c) estabelecer que os Secretários de Estado serão passíveis de destituição por voto de desconfiança de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa?
- Resposta fundamentada.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1.^a Questão:

Mutuante recebe o pagamento de terceiro não interessado e, dois dias depois, expressamente lhe transfere todos os seus direitos.

Pergunta-se: A hipoteca, que amparava o contrato de mútuo, persistirá?

Justificar a resposta. (50 pontos)

2.^a Questão:

O Decreto n.º 3.708/19 nada dispõe a respeito de direito de preferência na subscrição de aumento de capital de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Poderia o contrato social conceder ou negar esse direito? No silêncio do contrato, haveria direito de preferência? Com que fundamento?

Justifique a resposta. (50 pontos).

DIREITO TRIBUTÁRIO

1.^a Questão: (50 pontos)

Com relação ao tributo previsto no inciso II do art. 155 da Constituição Federal, queira responder:

- a) qual sua natureza jurídica;
- b) qual o sentido da expressão "do que for pago".

2.^a Questão: (50 pontos)

A Sociedade X, contribuinte de ICMS ao Estado do Rio de Janeiro, é fornecedora de mercadorias a esse Estado.

Após completar certo fornecimento, a Sociedade apresentou as correspondentes faturas à Administração, que não as impugnou, mas deixou de efetuar seu pagamento na data de vencimento fixada.

Em vista disso, a Sociedade X requereu à Administração Estadual que baixasse ato autorizando-a a pagar o ICMS por ela devido ao Estado, no período, utilizando os créditos que tem contra o Erário.

Queira responder se e como o pedido da Sociedade X pode ser atendido, dando as razões da resposta.

DIREITO DO TRABALHO

1.^a Questão: (50 pontos)

Aplica-se ao Estado e às suas entidades da Administração Indireta ou Fundacional o disposto no parágrafo 2.^o do artigo 2.^o da Consolidação das Leis do Trabalho? Fundamente a resposta.

2.^a Questão: (50 pontos)

Despedida sem justa causa, ocorrida na vigência de convenção coletiva que não a permitia, gera direito a que se efetive a reintegração do empregado despedido quando já exaurido o prazo de vigência da norma convencional? Fundamente a resposta.

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

— QUESTÕES —

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1.^a Questão: (20 pontos)

Mediante concorrência, é adjudicada a uma empresa privada a execução de projeto e a construção de equipamento de alta especialização, prevendo-se, no edital, que o contrato conterá cláusula de reajustamento do preço com base em índices de OTN.

Em virtude da carência de recursos financeiros, a Administração do órgão público deixa de convocar o adjudicatário para assinar o contrato, durante dois exercícios sucessivos.

Obtidos os meios de financiamento, a Administração convoca o adjudicatário para lavratura do contrato, nos termos estipulados no edital.

A empresa pleiteia, porém, que os valores da proposta aprovada passem a figurar, no contrato, com preço atualizado.

Ao mesmo tempo, a Administração, tendo em vista conveniência de ordem técnica, estabelece um acréscimo da obra a ser executada, a importar em elevação do custo.

Pergunta-se:

a) pode o contrato ser celebrado com a atualização do preço, como postula o adjudicatário?

b) é válido o pretendido acréscimo ao objeto do contrato, com conseqüente elevação do preço?

2.^a Questão: (20 pontos)

1. TÍCIO propõe, em 1.11.88, ação ordinária contra o ESTADO DO RIO DE JANEIRO em que afirma:

a) é técnico de contabilidade dos quadros do Estado nos quais ingressou por concurso público de provas e títulos em 1.11.1970;

b) graduou-se como contador em 31.12.1970;

c) em 1.1.1975 lei estadual determinou fossem aproveitados, em cargo de contador, os técnicos de contabilidade, desde que diplomados contadores e contando mais de 3 anos de serviços nos quadros estaduais;

d) em 1.1.1976, TÍCIO requereu administrativamente o seu aproveitamento como contador; o requerimento foi indeferido em caráter definitivo em 1.1.1980, sob o fundamento de que TÍCIO não se inscrevera como contador no Conselho Regional de Contabilidade.

2. À vista desses fatos, TÍCIO pede na ação sua investidura no cargo de contador do ESTADO e o recebimento de todo o estipêndio que lhe seria devido desde 1.1.1975, data em que teria surgido, nos termos da lei referida no item 1 supra, o direito de ser aproveitado no aludido cargo.

3. Designado para contestar o pedido, o que você alegaria, na defesa?

3.^a Questão: (20 pontos)

Vencendo-se um empréstimo contraído pelo ESTADO junto a uma instituição bancária, a Procuradoria é consultada sobre três opções destinadas à solução do débito:

a) renovação do empréstimo, com garantia hipotecária de bem imóvel estadual;

b) pagamento do débito com o produto da venda de imóvel estadual desnecessário ao serviço público, mediante autorização do Governador e realização de concorrência pública, na forma do previsto na Lei Complementar n.º 8/77;

c) dação em pagamento de bem imóvel estadual, no valor do empréstimo.

Opine sobre a viabilidade de cada uma destas hipóteses.

4.^a Questão: (20 pontos)

Lei do Município M, do Estado do Rio de Janeiro, prosseguindo uma política local de expansão de áreas de lazer, determina que todos os remanescentes de imóveis de empresa estadual, situados em zona urbana e não utilizados por suas edificações e instalações, necessárias aos serviços públicos que presta, tornam-se áreas *non aedificandi*, de uso comum do povo, devendo, por isso, seus proprietários demolir os muros, cercas ou tapumes que os delimitem.

Opine sobre o direito da empresa em face da lei municipal.

5.^a Questão: (20 pontos)

O ESTADO, antes da formalização do contrato, ocupou o imóvel a que se referia a locação em tratativas.